**RESPOSTA FOLHA S. PAULO**

A CAPES recebeu a carta de forma anônima que foi encaminhada à sua Ouvidoria e Corregedoria para a análise, conforme determinam os protocolos internos da Fundação. Em outubro de 2023, o documento foi devidamente analisado e arquivado no âmbito da Corregedoria com informação à Ouvidoria. Segundo avaliação da Corregedoria, as suposições expostas na mensagem, por serem genéricas e não apontarem vítimas e fatos específicos relativamente à suposta prática de assédio denunciada, não apresentam indícios mínimos para a materialidade e autoria de atitude ilícita da administração para que fosse, naquele momento, instaurado qualquer procedimento investigatório contra os agentes públicos. No entanto, a Corregedoria ressalvou a possibilidade de nova análise ser realizada, caso surjam novas informações ou evidências no futuro.

Nota técnica da Corregedoria:

*Por todo o exposto, verifica-se que os supostos atos infracionais contidos na denúncia carecem de indícios mínimos de materialidade e autoria de cometimento de ilícito administrativo para que se proceda à instauração de qualquer procedimento investigatório ou acusatório contra os agentes públicos acusados.*

*No entanto, ressalta-se que esta análise é preliminar e não impede a reabertura do caso ou a realização de investigações adicionais caso as novas informações ou evidências surjam no futuro.*

A CAPES informa que editou, lançou e deu publicidade a uma cartilha de prevenção aos assédios moral e sexual, com o objetivo de apoiar ações educativas para uma cultura de paz e respeito na Fundação. Também instituiu as unidades de Corregedoria e Ouvidoria, além de fortalecer a Comissão de Ética. Durante o ano, realizou diversas ações e palestras para os seus servidores e colaboradores sobre o assédio no espaço de trabalho. A CAPES mantem os canais de sua Ouvidoria abertos para recebimento de denúncias vindas da sociedade.

**Sobre a Comissão Assessora na avaliação dos recursos de decisões do Conselho Superior da Capes:**

A Comissão Assessora atual foi designada por meio da [Portaria n° 80, de 2 de maio de 2023](http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=11702#anchor). Tem a função de emitir parecer sobre o mérito dos recursos das decisões do Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) para subsidiar deliberação de cada recurso no Conselho Superior da CAPES e, posteriormente, a decisão final da Presidente da CAPES. O trabalho da comissão está limitado a analisar as alegações recursais de cada interessado e analisar a ficha de avaliação com a decisão final do CTC-ES para emitir parecer em que recomenda o deferimento ou indeferimento do pedido. A comissão não avalia decisões do Conselho Superior da Capes.

**Sobre a formação e experiência da Comissão Assessora?**

A Comissão Assessora é formada por docentes com formação e experiência nas áreas de avaliação CAPES. A relação dos seus integrantes consta da [Portaria n° 80, de 2 de maio de 2023](http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=11702#anchor). Seus currículos e experiências são públicos e podem ser consultados por meio da [Plataforma Lattes](https://lattes.cnpq.br/).

O trabalho da comissão é definido pela [Portaria n° 185, de 12 de agosto de 2019](http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1867#anchor). A competência para decidir sobre recursos das decisões do CTC-ES é da Presidente da Capes, conforme previsto no [Estatuto da Capes](http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=9922#anchor), por meio do inciso X, art. 33, do Anexo do [Decreto n° 11.238, de 18 de outubro de 2022.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11238.htm) A atividade da comissão é, portanto, uma etapa acessória para a decisão final da Presidente, que ouvirá, previamente, o Conselho Superior, órgão colegiado da CAPES formado por representantes da comunidade acadêmico-científica, e decidirá sobre cada recurso com base no parecer desta Comissão Assessora e deliberação do Conselho Superior.

Cabe destacar que o Conselho Superior possui como um de seus membros um representante do CTC-ES, eleito por seus pares, para que possa acompanhar as discussões e representar esse colegiado nas discussões dos recursos e se manifestar sobre o trabalho de avaliação realizado nas etapas anteriores.

Portanto, não procede a informação de que a Comissão Assessora tenha competência para decidir sobre os recursos das decisões do CTC-ES. A Comissão emite parecer para auxiliar a deliberação no Conselho Superior, que pode se manifestar de maneira contrária ao Parecer da Comissão Assessora, de forma fundamentada.

**Sobre o motivo da instituição da Comissão Assessora:**

O trabalho da Comissão Assessora está amparado pela [Portaria n° 185, de 12 de agosto de 2019](http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1867#anchor). A [Portaria n° 185, de 12 de agosto de 2019](http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1867#anchor) estabelece que ela será formada e desenvolverá suas atividades conforme disciplinado em Portaria específica. A [Portaria n° 80, de 2 de maio de 2023](http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=11702#anchor) atualizou a relação de seus integrantes que já existia pela [Portaria n° 73, de 25 de junho de 2020](http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=4202#anchor). O objetivo foi buscar representatividade de consultores de mais áreas do conhecimento, de todas as regiões do país e o equilíbrio no número de homens e mulheres na Comissão, respeitando a exigência de formação e experiência. Mas grande parte da composição anterior foi mantida pela Presidente como forma de se dar continuidade ao trabalho que já vinha sendo feito.

**Sobre a análise dos currículos dos integrantes:**

A Presidente da CAPES analisa os currículos, a experiência na área de avaliação e região em que atuam os integrantes da Comissão Assessora e a designa por meio de Portaria, conforme previsto na [Portaria n° 185, de 12 de agosto de 2019](http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1867#anchor).

**Sobre os integrantes da Comissão Assessora:**

Não procede a informação de que os atuais membros da Comissão Assessora não poderiam participar da avaliação dos recursos das decisões do CTC-ES. A [Portaria n° 80, de 12 de maio de 2021](http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=6383#anchor) não se aplica a análise dos recursos à Presidência. Em seu art. 1° a Portaria estabelece que sua competência está limitada à atuação da Diretoria de Avaliação da CAPES.

Conforme previsto na [Portaria n° 185, de 12 de agosto de 2019](http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1867#anchor), os recursos à Presidência são uma etapa posterior ao processo concluído no âmbito da Diretoria de Avaliação, que visa que os interessados tenham seus recursos analisados por instância superior e que não tenha participado das discussões das etapas anteriores.

Os recursos, quando encaminhados para os integrantes da Comissão Assessora, não são distribuídos para os que tenham vínculos com as instituições que estejam recorrendo. Tal medida visa evitar o conflito de interesse.

**Sobre os pareceres da Comissão Assessora:**

Não há registro de que tenha ocorrido vazamento de pareceres da Comissão Assessora. Destaca-se que esses pareceres são documentos emitidos para auxiliar a deliberação do assunto no Conselho Superior e a decisão final da Presidente e que nem a deliberação do Conselho Superior e nem a decisão final da Presidente devem, necessariamente, seguir as recomendações da Comissão Assessora, caso exista entendimento contrário e bem fundamentado.